

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

THIANNE CAROLINE SILVA FARIAS

**DESIGUALDADES DE GÊNERO NO FUTSAL: PERSPECTIVAS DE ATLETAS EM
IDADE ESCOLAR – uma revisão integrativa**

São Luís
2026

THIANNE CAROLINE SILVA FARIAS

**DESIGUALDADES DE GÊNERO NO FUTSAL: PERSPECTIVAS DE ATLETAS EM
IDADE ESCOLAR – uma revisão integrativa**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Educação
Física Licenciatura da Universidade
Federal do Maranhão para obtenção
parcial do grau de licenciada em
Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Kassiana de
Araujo Pessoa Matte

São Luís
2026

(Ficha catalográfica)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Farias, Thianne Caroline Silva.

Desigualdades de Gênero no Futsal : perspectivas de
atletas em idade escolar- uma revisão integrativa /
Thianne Caroline Silva Farias. - 2026.

57 f.

Orientador(a): Kassiana de Araujo Pessoa Matte.

Curso de Educação Física - Licenciatura, Universidade
Federal do Maranhão, São Luis, 2026.

1. Futsal Feminino. 2. Desigualdade de Gênero. 3.
Escola. 4. Participação Feminina. I. Matte, Kassiana de
Araujo Pessoa. II. Título.

THIANNE CAROLINE SILVA FARIAS

**DESIGUALDADES DE GÊNERO NO FUTSAL: PERSPECTIVAS DE ATLETAS EM
IDADE ESCOLAR – uma revisão integrativa**

Aprovado em: 20/01/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Kassiana de Araujo Pessoa Matte (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Fernanda Lima Soares (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Cláudio Tarso de Jesus Santos Nascimento (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial à minha mãe, Lilissane de Sousa Silva Farias e ao meu pai Gibson Rosa Farias, por lutarem incansavelmente para que não faltasse nada para mim e meus irmãos, obrigada por todo amor, incentivo e apoio que sempre me propuseram ao decorrer da minha trajetória. Cada etapa alcançada e vencida só foi possível graças à força, e ensinamentos que recebi de vocês.

Agradecimento em especial para minha namorada e futura esposa Dryelle Souza Arouche, cuja presença tornou esta jornada mais leve e significativa. Obrigada por todo amor, carinho e paciência, por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava, por sempre segurar a minha mão e ser meu porto seguro em meio às tempestades. Você foi essencial durante toda essa jornada e sem você nada disso seria possível. Você é a minha sorte e o presente mais lindo que a graduação podia ter me dado. Aos meus irmãos Valeria Cristina Silva Farias e Victor Hugo Silva Farias, a minha avó Maria Filomena Araújo de Sousa, a minha eterna gratidão por sempre me apoiarem e me incentivarem ao longo da minha graduação e da vida, sem vocês a conclusão deste sonho não teria significado algum, vocês foram e são essenciais para mim. Essa vitória também é de vocês. A minha avó Vera Regina, minha grande saudade, que não se encontra mais presente neste plano, meu agradecimento por sempre incentivar e se orgulhar tanto ao me ver entrando na universidade, essa vitória é por você, tenho a certeza de que estará feliz por mim.

Agradeço a minha querida orientadora e amiga Profa. Dra. Kassiana de Araujo Pessoa Matte, por ter aceitado este desafio sem hesitação e ter me ajudado tanto desde o início da minha vida acadêmica. Sua dedicação, disponibilidade e incentivo contribuíram de maneira significativa na conclusão deste respectivo trabalho, tornando-se uma grande referência como pessoa e profissional. Aos meus queridos amigos da turma Gladiadores, que tornaram os dias mais leves e divertidos na universidade, e em especial a Willian Lopes e Pedro Vinícius, que por muitas vezes seguraram a minha mão para que eu não desistisse deste sonho. Sou imensamente grata.

Agradeço as Seleções da UFMA de Futsal/ Futebol/ Beach Soccer pelas experiências no esporte e por me proporcionar conhecer pessoas incríveis que eu levarei para vida, especialmente à Luciana Castro, Rayane Fernandes, Rayssa Lima, e Sibelly Motta. Aos amigos que a UFMA me deu, Paula Taciara, Cleyson Hasten, Willian Rodrigo, Lucas Eduardo, William Lucas, Evando Souza, Carolina Mariana, as turmas Arcádia, Tyrannos e Athena, onde sempre fui acolhida com muito carinho. Expresso minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha caminhada e contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as percepções e possibilidades relacionados à inserção de meninas no futsal escolar em contextos marcados por desigualdades de gênero. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa, metodologia que possibilita reunir, avaliar e sintetizar evidências científicas provenientes de diferentes tipos de produção acadêmica. Foram selecionados nove trabalhos, sendo uma dissertação de mestrado e oito Trabalhos de Conclusão de Curso, que tratam da participação feminina no futsal, do enfrentamento de preconceitos e dos impactos das relações de gênero no contexto da Educação Física escolar. A análise do material seguiu as etapas propostas por Bardin (2016), incluindo pré-análise, exploração dos dados e categorização temática, permitindo identificar padrões recorrentes nas experiências relatadas pelas atletas escolares. Os resultados evidenciam que, apesar de avanços importantes, as meninas ainda enfrentam barreiras que incluem estereótipos de fragilidade, discriminação explícita e implícita, baixa oferta de espaços estruturados e práticas pedagógicas que reforçam a divisão de gênero nas aulas. Entretanto, verificou-se também que a escola pode desempenhar um papel central no empoderamento feminino, especialmente quando promove práticas inclusivas, aulas mistas, debates sobre gênero e projetos esportivos que valorizem a participação das meninas. Os estudos analisados indicam que o futsal escolar, quando conduzido de maneira crítica e democrática, pode funcionar como espaço de resistência, afirmação identitária e construção de autonomia para meninas que historicamente foram excluídas desse ambiente. Conclui-se que investir em práticas pedagógicas igualitárias e na desconstrução de estereótipos é essencial para promover equidade de gênero e ampliar a participação feminina no futsal escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Futsal feminino; Desigualdade de Gênero; Escola; Participação feminina no esporte.

ABSTRACT

This study aims to analyze the perceptions and possibilities related to the inclusion of girls in school futsal within contexts marked by gender inequalities. The research was conducted through an integrative review, a methodology that enables the collection, evaluation, and synthesis of scientific evidence from different types of academic production. Nine studies were selected, including one master's dissertation and eight undergraduate final papers, all addressing female participation in futsal, experiences of prejudice, and the impacts of gender relations in the context of school Physical Education. The analysis followed the stages proposed by Bardin (2016), including pre-analysis, material exploration, and thematic categorization, allowing for the identification of recurring patterns in the experiences reported by school-aged female athletes. The results show that, despite important progress, girls still face several barriers, including stereotypes of fragility, explicit and implicit discrimination, limited access to structured spaces, and pedagogical practices that reinforce gender segregation in classes. However, the findings also indicate that the school can play a central role in female empowerment, especially when it promotes inclusive practices, mixed-gender classes, debates on gender issues, and sports projects that value girls' participation. Evidence suggests that school futsal, when guided by a critical and democratic approach, can function as a space of resistance, identity affirmation, and the development of autonomy for girls historically excluded from this environment. It is concluded that investing in egalitarian pedagogical practices and in the deconstruction of stereotypes is essential to promoting gender equity and expanding female participation in school futsal.

Keywords: Women's futsal; Gender inequality; School; Female participation in sports.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Trabalhos de Conclusão de Curso e TCC ANALISADOS.....	35
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas para uma revisão integrativa.....	31
Figura 2: Mapa Conceitual das análises.....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 O Gênero e a Educação Física Escolar	15
3.1.2 Desigualdade de Gênero: conceitos e implicações no contexto escolar	17
3.1.3 A Escola e a Educação Física	19
3.1.4 A Educação Física Escolar: aspectos conceituais e metodológicos	23
3.2 O Futsal Feminino: aspectos conceituais e históricos	24
3.2.1 O futsal no currículo escolar e as questões de gênero	28
4 METODOLOGIA	30
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O futsal é reconhecido mundialmente como uma das modalidades esportivas mais populares e praticadas, com origens datadas na década de 1930, na cidade de Montevideu, capital do Uruguai. Sua criação foi motivada pela escassez de campos de futebol, o que levou à adaptação de partidas em espaços menores, como quadras de basquete e hóquei. No Brasil, os primeiros registros do futsal ocorreram logo após a sua aparição na capital uruguaia, especialmente entre os frequentadores da Associação Cristã de Moços, em São Paulo, onde partidas recreativas passaram a ser disputadas com características lúdicas (Nery, 2020).

A consolidação do futsal no cenário esportivo brasileiro esteve profundamente relacionada às construções culturais e sociais que cercam o esporte. Historicamente, sua prática foi atribuída majoritariamente ao público masculino, sendo este um dos elementos que fortaleceram o imaginário social do futsal como um "esporte de homens". Embora a presença feminina tenha se ampliado ao longo dos anos, as mulheres ainda enfrentam obstáculos simbólicos e práticos para seu pleno reconhecimento e inserção nesse espaço esportivo (Zaratim, 2012).

A cultura esportiva nacional, fortemente marcada por valores patriarcais, contribuiu para a manutenção de estereótipos de gênero que afastam as mulheres de determinadas modalidades, em especial o futsal e o futebol. Muitas vezes, a prática feminina é vista como uma ameaça à feminilidade, à graça e aos padrões sociais historicamente associados ao “papel da mulher” (Devide, 2005). Essa resistência cultural é mais intensa no futsal do que em outros esportes, tornando sua prática por meninas e mulheres alvo constante de questionamentos, exclusões e discriminações (Mourão; Morel, 2005).

O gênero não se restringe às diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas abrange sobretudo as construções sociais, históricas e simbólicas que atribuem papéis, comportamentos e oportunidades diferenciadas a cada grupo (Scott, 1995). As desigualdades de gênero presentes no esporte escolar não resultam de diferenças naturais, mas de processos culturais e educacionais que hierarquizam práticas e corpos,

legitimando determinadas expressões em detrimento de outras. A crença de que certas modalidades esportivas não são adequadas às meninas ainda se mantém em diversos contextos educacionais, perpetuando práticas excludentes e discriminatórias (Goellner, 2005; Anjos, 2018).

Essa discussão sobre gênero e prática esportiva, especialmente no contexto do futsal escolar, dialoga diretamente com a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. Para o autor, a sociedade se organiza a partir de estruturas sociais que tendem à manutenção e reprodução das relações de poder, sustentadas pelos grupos dominantes. No caso das desigualdades de gênero, essas estruturas são historicamente atravessadas pelo patriarcado, que define e legitima normas, valores e expectativas sobre o que seria adequado para homens e mulheres. É nesse processo que se insere aquilo que Bourdieu (1989) denomina violência simbólica, uma forma de dominação sutil, naturalizada e incorporada pelos sujeitos, que atua como mecanismo de legitimação das desigualdades ao fazer parecer “natural” que determinadas práticas – como o futsal – sejam mais adequadas a determinados corpos.

As relações de gênero no futsal podem ser compreendidas como formas de violência simbólica, nas quais a sociedade internaliza e reproduz a lógica dominante que associa o esporte à virilidade masculina, contribuindo, muitas vezes de modo inconsciente, para a manutenção das desigualdades no campo esportivo e educacional. Contudo, torna-se essencial compreender como essas desigualdades de gênero se manifestam no contexto escolar, especialmente no que se refere à prática do futsal entre estudantes. Considerando o papel da escola como espaço formativo e socializador, investigar a forma como meninas e meninos percebem e experienciam o futsal pode contribuir significativamente para a superação de práticas excludentes e para a promoção de uma Educação Física mais equitativa.

Diante desse cenário, emerge a inquietação em compreender como o campo científico da Educação Física tem abordado o fenômeno da inserção feminina no futsal e no futebol. O objetivo geral deste estudo é analisar, de forma abrangente e sistemática, a produção acadêmica brasileira sobre as desigualdades de gênero no futsal, buscando identificar o olhar científico direcionado a esse fenômeno, bem como as principais evidências, desafios e estratégias apresentadas nas pesquisas da área de Educação

Física. Para atingir tal propósito, optou-se por uma pesquisa de abordagem bibliográfica, do tipo revisão integrativa da literatura, com base em uma perspectiva qualitativa. Essa metodologia possibilita ao pesquisador um contato aprofundado com o conhecimento já produzido, permitindo a sistematização e a análise crítica das informações disponíveis (Marconi; Lakatos, 2011).

Por isso, este trabalho está dividido em capítulos e sessões onde inicialmente, apresenta-se uma fundamentação teórica que discute o conceito de gênero e suas implicações no contexto escolar, seguida por reflexões acerca da Educação Física e de seus aspectos conceituais e metodológicos, compreendendo como este componente curricular pode atuar tanto na reprodução quanto no enfrentamento das desigualdades de gênero. Em sequência, aborda-se o futsal feminino, destacando seus aspectos históricos, legais e culturais, bem como sua inserção no currículo escolar e os desafios enfrentados pelas meninas na prática dessa modalidade. Posteriormente, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados na revisão integrativa, seguidos pela apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da análise dos estudos selecionados. Por fim, o trabalho se encerra com as considerações finais, que sintetizam as principais discussões e apontam caminhos para novas práticas e pesquisas que promovam a equidade de gênero no futsal escolar.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar as desigualdades de gênero na prática de futsal no contexto escolar, considerando estereótipos, barreiras socioculturais e possibilidades de empoderamento feminino.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar como as relações de gênero são discutidas e compreendidas nos estudos que abordam o futsal praticado por meninas no ambiente escolar.
- b) Analisar de que maneira a escola aparece nos estudos como espaço de reprodução ou superação das desigualdades de gênero associadas ao futsal.

- c) Sintetizar as contribuições dos estudos para o debate sobre equidade de gênero no esporte escolar, destacando caminhos para uma prática mais inclusiva e crítica na Educação Física.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O Gênero e a Educação Física Escolar

Esta seção busca conceituar os aspectos fundamentais que norteiam este trabalho – como escola, Educação Física e gênero – apresentando os fundamentos teóricos e legais que sustentam essas temáticas, bem como as transformações históricas e a construção de conhecimento já desenvolvido sobre os assuntos aqui abordados. Discute-se, ainda, os referenciais que embasam a análise das desigualdades de gênero no contexto da Educação Física escolar, compreendendo a escola como um espaço de produção e reprodução de discursos, práticas e representações sociais. Parte-se da premissa de que a instituição escolar não atua de forma neutra: ela organiza comportamentos, distribui papéis e legítima expectativas específicas atribuídas a meninos e meninas, influenciando diretamente a construção e manifestação dessas identidades no ambiente pedagógico.

3.1.1 Gênero e Escola

A compreensão do conceito de gênero é essencial para analisar as desigualdades presentes nas relações sociais, especialmente no ambiente escolar. Scott (1995), define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, além de representá-lo como uma forma primária de significação do poder. Connell (1995), complementa ao afirmar que o gênero expressa modos socialmente construídos de representar a diferença sexual, influenciando práticas cotidianas, estruturas institucionais e processos históricos. Assim, o gênero não se reduz ao biológico; trata-se de uma construção social que organiza papéis, expectativas e lugares ocupados por homens e mulheres, produzindo hierarquias e desigualdades.

Piscitelli (2002), destaca que os estudos de gênero ganharam força nas últimas décadas, especialmente pela necessidade de compreender as condições históricas e sociais que estruturam desigualdades entre homens e mulheres. Louro (2003) reforça

que esse debate se intensificou no século XX, impulsionado pelos movimentos feministas que, ao questionarem normas sociais, ampliaram o entendimento sobre as relações de poder que sustentam a dominação masculina. Esses movimentos possibilitaram avanços no campo dos direitos civis, como o direito ao voto, ao trabalho remunerado e à participação política, ao mesmo tempo em que evidenciaram que as desigualdades de gênero são estruturalmente reproduzidas nas instituições sociais.

Butler (2003), amplia esse debate ao afirmar que o gênero não constitui uma identidade fixa, mas é continuamente produzido através da repetição de atos corporais, gestos e estilos. O corpo, portanto, é entendido como superfície de inscrição cultural, onde normas de gênero são reforçadas, contestadas ou transformadas. Essa perspectiva ajuda a compreender que identidades de gênero não são naturais, mas construídas socialmente, o que inclui expressões que não se limitam ao binarismo masculino/feminino.

No Brasil, a partir da década de 1970, os movimentos feministas passaram a reivindicar igualdade de direitos e reconhecimento das mulheres como agentes sociais plenos, fortalecendo debates sobre o caráter estrutural da desigualdade de gênero (Louro, 2003). Embora conquistas importantes tenham sido alcançadas, persistem disparidades históricas no mercado de trabalho, na distribuição de oportunidades e na ocupação de espaços de poder.

A identidade de gênero também se tornou tema central nesse debate. Jesus (2012), explica que a identidade de gênero corresponde ao modo como a pessoa se reconhece e se posiciona em relação ao próprio gênero, podendo ou não coincidir com o sexo atribuído ao nascimento. Essa compreensão amplia a noção de diversidade humana e traz implicações diretas para contextos educativos, especialmente no que se refere ao respeito às diferenças e à promoção da equidade. No contexto escolar, essas construções se tornam visíveis nas formas como meninos e meninas são socializados. Louro (2011) observa que a escola, ao organizar práticas, discursos e representações, contribui para a produção e reprodução de identidades de gênero.

A instituição escolar não atua de forma neutra: ela distribui papéis, regula comportamentos e legitima determinadas expectativas de masculinidade e feminilidade, influenciando diretamente os processos de formação subjetiva dos estudantes. Autores

como Campos (2015), reforçam a necessidade de abordar gênero, sexualidade e diversidade no ambiente escolar, pois tais discussões contribuem para a formação de uma sociedade mais justa e democrática. Romper com padrões culturais conservadores – como o machismo, a homofobia e outras formas de preconceito, permite que a escola cumpra sua função social de promover o respeito, a dignidade e a convivência plural.

As desigualdades de gênero também se expressam com clareza no campo esportivo. Historicamente, as mulheres foram excluídas de práticas corporais devido à rigidez de normas sociais que delimitavam seus papéis (Goellner, 2005). Apesar dos avanços, estigmas sobre o “lugar” da mulher no esporte permanecem enraizados, reforçando a ideia de que determinadas modalidades, como o futebol e o futsal, são inerentemente masculinas (Jesus; Deive, 2006). Esse imaginário limita a participação das meninas e influencia a forma como meninos e meninas ocupam os espaços da Educação Física escolar.

Altmann (1998), mostra que o gênero, dentro da escola, ainda funciona como critério de exclusão, restringindo a participação tanto de meninas, frequentemente associadas à fragilidade física, quanto de meninos que não atendem às expectativas de desempenho esportivo. Quando as práticas pedagógicas se baseiam exclusivamente no desempenho, na competitividade ou em modalidades hegemonicamente masculinas, as desigualdades tendem a se aprofundar, dificultando a participação equitativa dos estudantes.

Nesse sentido, a articulação entre gênero e escola evidencia que as desigualdades não são naturais, mas estruturais, e se manifestam nas experiências cotidianas, nas relações entre pares, nos discursos docentes e nas práticas pedagógicas – incluindo, especialmente, o ensino das modalidades esportivas. Essas reflexões são fundamentais para compreender por que o futsal, uma modalidade historicamente marcada por códigos masculinos, se torna um espaço privilegiado para analisar e enfrentar desigualdades de gênero no contexto escolar.

3.1.2 Desigualdade de Gênero: conceitos e implicações no contexto escolar

A desigualdade de gênero refere-se às diferenças estruturais, simbólicas e materiais que posicionam homens, mulheres e outras identidades de gênero de maneira

hierárquica no interior da sociedade. Essas diferenças não decorrem de fatores biológicos, mas resultam de processos históricos, culturais e sociais que produzem e reforçam expectativas específicas sobre comportamentos, habilidades e papéis sociais (Scott, 1995; Butler, 2003). Conforme destaca Scott (1995), o gênero constitui uma categoria analítica central para compreender a organização das experiências humanas e as relações de poder que atravessam o cotidiano. Assim, ao tratarmos de desigualdade de gênero, é essencial reconhecer que se trata de um fenômeno sistêmico, presente em diversas instituições – como a família, a escola, o mercado de trabalho e o esporte.

No campo esportivo, essas desigualdades tornam-se especialmente visíveis. A prática do futebol e do futsal, por exemplo, exige de muitas meninas e mulheres o enfrentamento de estereótipos historicamente construídos sobre o corpo feminino. Entre esses estigmas, destaca-se a ideia de que a participação feminina em esportes coletivos, sobretudo aqueles socialmente marcados como masculinos, estaria associada à suposta “masculinização” de seus corpos e comportamentos. Esse tipo de julgamento funciona como um dispositivo de controle social que delimita quais práticas corporais são consideradas adequadas para cada gênero, restringindo o acesso das meninas aos esportes e moldando suas possibilidades de atuação (Soares, 2016).

No contexto brasileiro, embora as mulheres representem 51,2% da população (PNAD Contínua/IBGE, 2024), ainda enfrentam desigualdades profundas em diferentes esferas, como trabalho, renda, participação política e acesso a direitos. Essas desigualdades são sustentadas por estigmas e por construções históricas que atribuem habilidades, papéis e comportamentos específicos a homens e mulheres – reiterando o que Scott (1995) já apontava sobre as bases culturais que estruturam o gênero como uma forma de organização social.

O esporte, conforme argumenta Goellner (2005), foi historicamente construído como um território masculino. A inserção das mulheres, quando ocorreu, veio acompanhada de vigilância, estigmas e mecanismos de controle. Nesse sentido, a desigualdade de gênero manifesta-se tanto em ações explícitas – como a exclusão de meninas de determinadas modalidades – quanto em mecanismos simbólicos sutis, materializados por meio de comentários, olhares, desconfiança das capacidades ou pela organização de atividades esportivas que priorizam a participação masculina. Essas

práticas dialogam com a noção de violência simbólica de Bourdieu (1989), que se concretiza quando relações de dominação são percebidas como naturais e legítimas pelos próprios sujeitos, levando muitas meninas a acreditarem que “não jogam bem”, “não têm habilidade” ou “não pertencem à quadra”.

No âmbito educacional, pesquisas recentes têm evidenciado que a escola desempenha papel central tanto na reprodução quanto no enfrentamento dessas desigualdades. O estudo de Silveira (2021), por exemplo, demonstra que o ambiente escolar não é neutro, mas permeado por construções sociais e simbólicas que orientam comportamentos e expectativas de meninas e meninos. Nesse espaço, desigualdades de gênero são reproduzidas por meio de práticas explícitas como a divisão de atividades com base em supostas “afinidades” de cada gênero, e por mecanismos mais sutis, naturalizados no cotidiano escolar. Entre esses mecanismos, destacam-se a forma como os meninos são incentivados a ocupar espaços amplos, como quadras e pátios, enquanto as meninas são frequentemente associadas a comportamentos de cuidado, passividade ou menor aptidão esportiva.

Silveira (2021), também ressalta que essas práticas persistem mesmo diante de avanços legais e normativos que defendem uma educação pautada na equidade de gênero. Embora documentos como a LDB e a BNCC reforcem o compromisso com uma educação democrática e inclusiva, as rotinas escolares revelam resistência à efetiva transformação dessas estruturas. Assim, a promoção da igualdade de gênero permanece como um desafio educacional fundamental, demandando ações intencionais de docentes e gestores para romper com padrões historicamente cristalizados.

3.1.3 A Escola e a Educação Física

A compreensão da função social da escola exige, inicialmente, a reflexão acerca da concepção de educação. Para Freire (1991), a educação é um processo comunitário que orienta o desenvolvimento do indivíduo para que este possa atuar criticamente na sociedade, contribuindo para a construção de objetivos coletivos. Essa perspectiva amplia o entendimento da educação para além da dimensão técnica ou instrucional, situando-a como prática ética, política e formadora de consciência cidadã. Assim, a

escola se configura como espaço privilegiado de sociabilidade, produção de sentidos e vivência de valores democráticos.

Soares (2016), ao dialogar com autoras como Junqueira (2012), Louro (1997) e Altmann (2001), evidencia que a escola brasileira foi historicamente constituída a partir de um conjunto de valores, normas e crenças que operam por meio da hierarquização das diferenças. Nesse modelo, o sujeito tomado como referência do “normal” é aquele identificado como adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês e fisicamente apto, enquanto os demais são posicionados como o “outro”, frequentemente associado à inferioridade, à anormalidade ou ao desvio. Essa lógica produziu, desde a origem da instituição escolar, processos sistemáticos de separação e exclusão, expressos em dicotomias como rico/pobre, branco/negro, católico/protestante e menino/menina.

Ainda que tais separações não se apresentem hoje de forma explicitamente institucionalizada, permanecem operando simbolicamente no cotidiano escolar. Soares (2016) destaca, contudo, que a escola não é apenas um espaço de reprodução dessas desigualdades, mas também um lugar potencial de ressignificação de valores e construção de novas práticas, especialmente a partir da incorporação de debates sobre gênero e sexualidade, como evidenciado pela inclusão do tema Orientação Sexual como transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997; Altmann, 2001).

No plano legal, a Constituição Federal de 1988 reforça esse compromisso ao definir, em seu Artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever compartilhado entre Estado, família e sociedade, devendo promover o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O Artigo 206 complementa ao apresentar princípios norteadores, como igualdade de condições de acesso e permanência, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias, tolerância e valorização dos profissionais da educação. Tais dispositivos evidenciam que a educação brasileira está fundada na defesa da democracia, da diversidade e da equidade, como é possível verificar nos documentos normativos anteriormente citados. Nesse cenário, cabe à escola garantir práticas pedagógicas que assegurem o direito à aprendizagem e combatam qualquer forma de discriminação, incluindo desigualdades de gênero que ainda persistem no ambiente escolar e no esporte (Arouche, 2024).

Contudo, a presença desses marcos legais não elimina automaticamente as desigualdades presentes nas práticas educacionais. A escola permanece atravessada por estruturas simbólicas e históricas que produzem e reproduzem exclusões, sobretudo no que diz respeito às relações de gênero. A divisão de espaços, expectativas e oportunidades entre meninos e meninas evidencia que a neutralidade escolar é um mito. Em modalidades esportivas, como o futsal, essas desigualdades tornam-se ainda mais visíveis: meninas são frequentemente afastadas, subestimadas ou invisibilizadas, enquanto comportamentos considerados “naturais” para os meninos são incentivados e celebrados. Assim, a escola precisa assumir um papel ativo na desconstrução de estereótipos e na promoção de práticas pedagógicas equitativas (Arouche, 2024).

Nessa perspectiva, Freire (1991), enfatiza que a educação é um processo contínuo, dinâmico e inacabado, sendo todos os sujeitos permanentemente formados e transformados. A formação humana, portanto, ultrapassa os limites da sala de aula e envolve dimensões emocionais, afetivas, culturais e sociais. Cabe ao educador atuar como mediador de experiências, estimulando o pensamento crítico, a autonomia e a construção de novos sentidos sobre o mundo. A escola, ao assumir esse compromisso, torna-se espaço efetivo de enfrentamento das desigualdades históricas, entre elas as de gênero.

Compreender a Educação Física dentro desse contexto exige revisitar sua trajetória histórica. Durante o século XX, sua prática esteve profundamente ligada ao militarismo e à medicina, sendo utilizada como instrumento de disciplina corporal, controle social e promoção de ideais higienistas ou eugenistas (Castellani Filho, 2001). Inserida no currículo escolar, a Educação Física frequentemente assumiu a lógica esportivista e de rendimento, priorizando a seleção de talentos e deixando de lado a formação integral dos estudantes. Esse modelo, criticado sobretudo nos anos 1980, revelou-se insuficiente para ampliar a participação da população em atividades físicas e para atender às demandas pedagógicas de uma educação democrática (Castellani Filho, 2001).

A partir desse movimento crítico, novas abordagens teóricas e metodológicas passaram a reconfigurar o campo da Educação Física. A área adotou uma compreensão ampliada do corpo e do movimento, incorporando dimensões sociais, culturais,

cognitivas e afetivas. Esse processo foi potencializado pelo avanço das pesquisas acadêmicas, pela formação de programas de pós-graduação e pela consolidação de eventos científicos, resultando no fortalecimento de abordagens críticas, reflexivas e inclusivas (Soares et al., 1992). A promulgação da LDB nº 9.394/96, ao integrar a Educação Física à proposta pedagógica da escola e torná-la componente curricular obrigatório, mas flexível às necessidades dos estudantes, reforçou essa mudança de paradigma (Brasil, 1996).

Apesar desses avanços, a Educação Física ainda enfrenta resistências e marginalizações dentro das escolas, especialmente em contextos onde há pouco investimento, falta de materiais ou compreensão limitada sobre sua função pedagógica. Em cenários de cortes orçamentários, é comum que a disciplina seja secundarizada, comprometendo sua execução plena e a qualidade das experiências formativas dos estudantes.

A discussão sobre o esporte no âmbito escolar também demanda atenção. Marchi Júnior (2004), compreende o esporte como prática sociocultural em constante transformação, marcada por processos de profissionalização, mercantilização e espetacularização. Contudo, no contexto educativo, o esporte deve ser interpretado como meio de aprendizagem e expressão, capaz de promover valores como cooperação, respeito e inclusão. Ao ser entendido como prática social, o esporte permite analisar como ele contribui para a construção de identidades, para a produção de relações de poder e para a manutenção – ou superação – de desigualdades de gênero.

Para Souza Júnior (2001; 2012), o esporte, quando tratado na escola, deve ser compreendido como uma prática social e cultural, carregada de significados que refletem valores, normas e relações de poder presentes na sociedade. Essas disputas teóricas e históricas impactam diretamente na forma como meninas e meninos vivenciam o esporte escolar. O futsal, por exemplo, segue associado à masculinidade, sendo ofertado prioritariamente aos meninos. A exclusão das meninas não está relacionada a limitações físicas ou desinteresse, mas a construções sociais que legitimam determinadas práticas esportivas como “naturais” para um gênero e não para outro. Assim, a escola pode reproduzir discursos que afastam as meninas das quadras e consolidam barreiras simbólicas de acesso e participação (Altmann, 1998).

Diante disso, torna-se fundamental investigar, com base em uma revisão integrativa da literatura, como as desigualdades de gênero se expressam no futsal escolar e como meninas vivenciam, percebem e enfrentam essas barreiras. Compreender esse fenômeno contribui para fortalecer práticas pedagógicas que promovam equidade, ampliem oportunidades e consolidem o esporte como espaço democrático de formação humana.

3.1.4 A Educação Física Escolar: aspectos conceituais e metodológicos

A Educação Física, no contexto da Educação Básica, configura-se como um espaço privilegiado de expressão humana e de vivência das práticas corporais, entendidas como produções culturais que envolvem dimensões sociais, afetivas, estéticas e lúdicas. No ambiente escolar, essas práticas transcendem o mero movimento físico, pois possibilitam experiências formativas integradas, contribuindo para o desenvolvimento global dos estudantes (Soares et al., 1992).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), a Educação Física integra a área de Linguagens, ao lado da Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes. Nessa estrutura, o componente curricular tem como finalidade possibilitar o acesso crítico e reflexivo dos estudantes às manifestações da cultura corporal de movimento, tratadas como textos culturais que podem ser lidos, interpretados, compreendidos e (re)significados. Isso significa que danças, lutas, jogos, esportes, ginásticas e demais práticas corporais são entendidas como linguagens que expressam modos de ser, viver e relacionar-se no mundo.

Enquanto disciplina escolar, a Educação Física deve abordar tais práticas considerando suas múltiplas dimensões sociais e culturais, reconhecendo que o movimento humano carrega marcas históricas, identitárias e simbólicas. Nesse sentido, as aulas precisam promover vivências diversificadas, valorizando as diferentes formas de movimentação presentes na sociedade e incentivando o conhecimento de si, do outro e do coletivo (Brasil, 2017). Entretanto, como aponta Arouche (2024), no cotidiano escolar ainda persistem classificações implícitas sobre o que é considerado adequado para meninas e para meninos nas aulas de Educação Física, o que acaba reforçando hierarquias de gênero e limitando a participação feminina em determinadas práticas,

como os esportes coletivos, entre eles o futsal. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, do cuidado consigo e com o outro, além de fortalecer a consciência crítica, preparando os estudantes para atuarem de forma ética e participativa na vida social (Betti, 1992).

Diferentemente das áreas centradas principalmente na racionalidade cognitiva, a Educação Física mobiliza o sujeito de maneira ampla, articulando dimensões motoras, sociais, culturais e afetivas em experiências significativas. Ao fazê-lo, o componente curricular aproxima o estudante das relações entre corpo, saúde, lazer, cultura e identidade, aspectos essenciais para discussões contemporâneas sobre diversidade, equidade e inclusão – especialmente no que tange às questões de gênero na escola (Brasil, 2017). Nesse sentido, Arouche (2024), evidencia que as aulas de Educação Física podem tanto reforçar estereótipos de gênero quanto se constituir como espaços potentes de questionamento dessas normas, dependendo das escolhas pedagógicas adotadas pelo(a) professor(a).

Nesse sentido, Betti (1992; 1994), enfatiza que a apropriação plena da cultura corporal de movimento só é possível quando envolve a integração afetiva, social, cognitiva e motora, pois é por meio dessa articulação que o estudante consegue vivenciar, compreender e ressignificar as práticas corporais em sua totalidade. Assim, a Educação Física escolar assume papel fundamental na formação integral do sujeito, constituindo-se como espaço de diálogo, respeito às diferenças e construção de uma cultura de participação que reconheça as múltiplas identidades presentes na escola.

3.2 O Futsal Feminino: aspectos conceituais e históricos

A trajetória do futsal feminino no Brasil apresenta particularidades marcantes em relação ao desenvolvimento da modalidade masculina. A inserção das mulheres nesse campo esportivo foi historicamente atravessada por restrições sociais e políticas, derivadas da construção do futebol e, por extensão, do futsal – como um espaço de hegemonia masculina. Ao longo do século XX, consolidou-se no imaginário social brasileiro a ideia do futebol como símbolo da virilidade nacional, reforçando a exclusão das mulheres de práticas consideradas “inadequadas” à sua condição física e moral (Pires, 2017).

Um dos episódios mais emblemáticos desse processo ocorreu com a promulgação do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que proibia expressamente a participação feminina em modalidades consideradas incompatíveis com a “natureza” das mulheres. O artigo 54 do decreto estabelecia que: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para esse efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (BRASIL, 1941, p. 1). A partir dessa normativa, mulheres foram impedidas de praticar esportes como futebol, futsal, rúgbi, polo aquático, halterofilismo e lutas. A proibição permaneceu vigente até 1979, quando sua revogação abriu caminho para uma participação mais efetiva das mulheres nos espaços esportivos.

A década de 1990, marcou importantes avanços na presença feminina em modalidades historicamente associadas ao público masculino, como o futebol e o futsal. Segundo Pires (2017), as mulheres organizaram-se nesse período em movimentos de resistência, buscando afirmar seu espaço e romper preconceitos enraizados sobre a prática esportiva feminina. Embora o futsal feminino tenha conquistado maior visibilidade e reconhecimento nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios relacionados à desigualdade de gênero e à persistência de estigmas culturais que dificultam o pleno reconhecimento das mulheres no esporte.

A inserção feminina no futsal está profundamente vinculada à luta histórica das mulheres por reconhecimento, autonomia e igualdade de direitos. Como afirmam Rubio e Simões (1999, p. 50), “o papel desempenhado pela mulher no esporte confunde-se e mescla-se com seu papel social na história da humanidade, história essa escrita e interpretada de um ponto de vista masculino”. Assim, a presença feminina no esporte brasileiro resulta de processos de resistência e de reconfiguração cultural, que buscam romper com estereótipos e restrições impostas ao longo do tempo.

A análise do esporte e, de maneira específica, do futsal, exige uma leitura que considere as relações de poder presentes no campo educacional. Conforme discute Bourdieu (1989), o poder simbólico se manifesta de forma invisível, por meio de normas, classificações e valores culturalmente naturalizados que orientam práticas e produzem hierarquias sociais. Esse poder é eficaz justamente quando seus mecanismos não são percebidos, reforçando desigualdades entendidas como parte da “ordem natural”.

As práticas esportivas, incluindo o futsal, foram historicamente organizadas a partir de estereótipos de gênero que definem quais corpos podem ou devem ocupar determinados espaços (Goellner, 2005). A participação feminina no esporte, portanto, não se reduz a um fenômeno técnico ou físico, mas constitui uma construção social permeada por discursos excludentes que produziram hierarquizações e barreiras simbólicas. Nesse sentido, a presença das mulheres no futsal evidencia o confronto entre normas de gênero historicamente instituídas e movimentos de resistência feminina. As dificuldades enfrentadas por meninas e mulheres, desde a infância, revelam a persistência de preconceitos e mecanismos de poder que regulam quem “pertence” ou não a determinados espaços esportivos (Goellner, 2005).

No ambiente escolar, o poder simbólico materializa-se nas práticas pedagógicas, nos currículos e nos discursos que, ainda que sutilmente, criam expectativas distintas para meninos e meninas. Na Educação Física, essas distinções se tornam ainda mais perceptíveis devido à dimensão corporal e performativa da disciplina. A escola tende a reproduzir disposições socialmente construídas – como força e competitividade associadas aos meninos, e delicadeza e cooperação atribuídas às meninas – reforçando desigualdades naturalizadas (Azevedo, 2023).

Nessa perspectiva, Souza Júnior (2001; 2012) contribui ao afirmar que o esporte, quando inserido no currículo escolar, deve ser compreendido como uma prática social e cultural, permeada por valores, normas e relações de poder. Ao ser tratado de forma acrítica e tecnicista, o esporte tende a reforçar desigualdades e processos de exclusão, especialmente de estudantes que não tiveram acesso prévio às modalidades, como é o caso de muitas meninas no futsal. Assim, o autor defende uma Educação Física comprometida com a formação crítica, na qual o professor assume papel central na mediação pedagógica, problematizando estereótipos, ampliando possibilidades de participação e promovendo práticas esportivas mais democráticas e inclusivas no contexto escolar.

Por isso, a marginalização das mulheres no esporte pode ser compreendida como uma forma de violência simbólica, conceito central de Bourdieu (1989). Essa violência ocorre quando normas impostas pelos grupos dominantes são aceitas como legítimas pelos dominados. Assim, a naturalização do futsal como “esporte masculino” perpetua

exclusões e desvaloriza a presença feminina, funcionando como um mecanismo de manutenção de papéis de gênero.

Segundo Deive et al. (2013), o esporte constitui um espaço social atravessado por normas de gênero e sexualidade que, historicamente, têm reforçado processos de exclusão e discriminação. Essas normas estabelecem padrões considerados legítimos para os corpos, comportamentos e práticas esportivas, privilegiando modelos associados à masculinidade hegemônica e à heteronormatividade. No contexto escolar, tais padrões se manifestam de forma explícita ou velada nas aulas de Educação Física, especialmente em modalidades como o futsal, tradicionalmente associadas ao universo masculino. Como consequência, meninas que optam por participar dessas práticas frequentemente enfrentam questionamentos, estigmatizações e resistências, que vão desde a desvalorização de suas habilidades até a associação indevida entre prática esportiva e sexualidade. Assim, compreender o esporte como um espaço regulado por normas sociais permite problematizar as desigualdades de gênero presentes no ambiente escolar e reforça a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a inclusão, o respeito às diferenças e a desconstrução de discursos excludentes.

O esporte escolar configura-se, portanto, como um campo social no sentido bourdieusiano: um espaço de disputas, hierarquias e legitimações, no qual certas modalidades – como futebol e futsal – possuem maior prestígio. Essa construção histórica contribui para consolidar o futsal como espaço simbólico de afirmação da masculinidade hegemônica, dificultando a participação feminina. Compreender o futsal sob essa perspectiva crítica é fundamental para identificar os desafios e as possibilidades de transformação da Educação Física escolar. Como modalidade amplamente praticada entre crianças e adolescentes, o futsal carrega marcas simbólicas e históricas que influenciam a participação feminina. Assim, analisá-lo criticamente permite reconhecer caminhos para combater desigualdades de gênero e promover práticas mais inclusivas (Nery, 2020).

3.2.1 O futsal no currículo escolar e as questões de gênero

A inclusão do futsal no currículo da Educação Física escolar constitui uma oportunidade privilegiada para promover aprendizagens motoras, sociais e culturais,

considerando sua ampla popularidade entre crianças e adolescentes (Devide, 2005). No entanto, essa modalidade carrega marcas históricas e simbólicas que reforçam sua associação ao universo masculino, o que gera desafios importantes quando se busca efetivá-la como prática verdadeiramente inclusiva. De acordo com Goellner (2005), o futsal – assim como o futebol – foi socialmente construído como um esporte de força, virilidade e competitividade intensa, elementos culturalmente atribuídos aos meninos. Essa configuração contribui para que, mesmo no ambiente escolar, a modalidade seja permeada por desigualdades de gênero, exclusões e diferentes formas de desmotivação das meninas.

Esses processos não surgem na escola, mas são reforçados nela. Historicamente, como discutido anteriormente, a participação feminina em esportes como o futsal foi marcada por proibições legais, estigmas sociais e apagamento institucional. Esse legado se expressa no contexto educacional por meio de práticas pedagógicas que, muitas vezes, reproduzem a lógica de que “futsal é coisa de menino”. Isso se manifesta na resistência de alguns professores em garantir participação feminina, na autoexclusão das meninas por falta de apoio e incentivo, e na ocupação desigual de espaços e materiais, frequentemente monopolizados pelos meninos durante as aulas. (Altmann, 1998; Anjos, 2018).

Soares (2016, p. 25), ao discutir o conceito de heteronormatividade, afirma que o ser masculino encontra-se historicamente associado a atributos como virilidade, valentia, potência sexual, honra e responsabilidade, reforçando a expectativa de que os homens demonstrem domínio tanto sobre as mulheres quanto sobre práticas socialmente consideradas “masculinas”. Em contrapartida, às mulheres são atribuídas características como delicadeza e fragilidade, compondo um retrato socialmente construído no interior de uma sociedade patriarcal. Tal construção simbólica entra em conflito direto com a participação feminina em modalidades esportivas historicamente masculinizadas, como o futsal, contribuindo para a produção de estigmas, resistências e processos de exclusão no contexto esportivo e escolar.

No âmbito da BNCC, o futsal é reconhecido como uma prática corporal pertencente à área de Linguagens, entendida como forma de expressão, cultura e comunicação (BRASIL, 2017). Assim, o ensino da modalidade deve ir além do aspecto

técnico, configurando-se como espaço de formação ética, cidadã e social. O futsal possibilita o desenvolvimento de cooperação, tomada de decisão, respeito às regras e autonomia. Contudo, tais potencialidades só se efetivam quando o professor adota uma postura crítica que problematize desigualdades historicamente construídas e busque romper estereótipos que limitam a participação de meninas (Anjos, 2018).

As desigualdades de gênero se manifestam na Educação Física por meio de práticas naturalizadas, como a atribuição de expectativas diferentes sobre o desempenho de meninos e meninas, a divisão sexual do espaço e o reforço de comportamentos considerados “adequados” a cada gênero (Altmann, 1998). No caso do futsal, essas assimetrias tornam-se ainda mais evidentes devido à forte relação entre a modalidade e a masculinidade hegemônica. Como consequência, muitas meninas se sentem inseguras, incapazes ou deslocadas nas aulas, seja pela falta de incentivo, pela crítica dos colegas ou pela pouca visibilidade de mulheres na modalidade fora da escola.

Sob a perspectiva da desigualdade de gênero, compreender esses mecanismos implica considerar que o futsal não é apenas um conteúdo esportivo, mas também um espaço simbólico permeado por relações de poder. Retomando Bourdieu (1989), o esporte escolar funciona como um campo social no qual determinadas práticas e grupos são mais valorizados que outros. Assim, a predominância masculina no futsal não é apenas resultado de preferências individuais, mas fruto de processos de violência simbólica que naturalizam a exclusão feminina e dificultam o reconhecimento das meninas como sujeitas legítimas nesse espaço.

Nesse sentido, trabalhar o futsal na escola requer intencionalidade pedagógica. O professor precisa assumir uma postura ativa na desconstrução de estereótipos e na criação de oportunidades reais de participação para todos os estudantes. Isso envolve estratégias como reorganização das equipes, adaptação das regras, incentivo à participação mista, problematização das desigualdades e valorização das vivências femininas no esporte. Quando conduzida de modo crítico e inclusivo, a modalidade torna-se instrumento potente de democratização do acesso ao esporte e de promoção da equidade de gênero (Altmann, 1998; Anjos, 2018).

Assim, a abordagem do futsal no currículo escolar não deve restringir-se ao domínio técnico, mas deve considerar sua relevância como prática cultural e social capaz

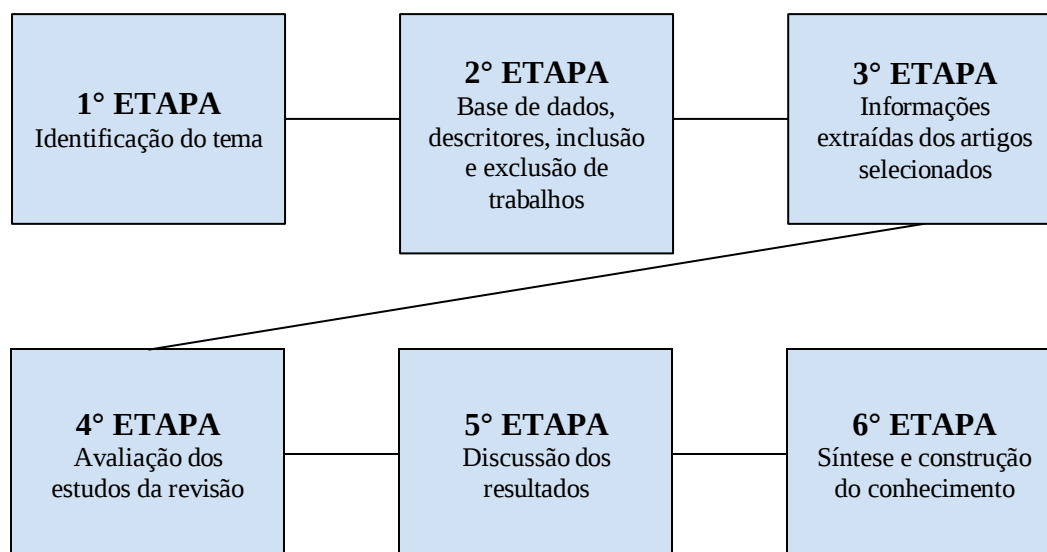
de revelar e transformar desigualdades. Ao favorecer a participação das meninas, promover um ambiente de respeito e estimular a reflexão sobre estereótipos, o ensino da modalidade contribui para uma Educação Física mais democrática, sensível às diversidades e comprometida com a formação de sujeitos críticos e atuantes. Dessa forma, o futsal torna-se um espaço formativo que permite questionar e enfrentar as desigualdades de gênero presentes tanto na escola quanto na sociedade.

4 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, que tem como objetivo reunir, analisar e sintetizar o conhecimento produzido em estudos acadêmicos sobre a temática proposta neste trabalho. A revisão integrativa é uma modalidade de pesquisa que permite a identificação, análise crítica e síntese de estudos relevantes sobre um determinado tema, com o objetivo de reunir o conhecimento disponível e oferecer uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado. A revisão integrativa possibilita a combinação de diferentes abordagens metodológicas (quantitativas e qualitativas), o que a torna um método abrangente e relevante para as diferentes áreas (Mendes, Silveira, Galvão, 2008).

Para a elaboração do corpo do trabalho, a organização da pesquisa e análise, foram seguidas diversas etapas que compõem o processo de construção do conhecimento em uma revisão integrativa. De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2009), esse tipo de revisão consiste em um método que combina evidências provenientes de múltiplos estudos. O quadro a seguir apresenta as etapas propostas pela autora.

Figura 1 - Etapas para uma revisão integrativa



Fonte: Figura feita com base no trabalho de Mendes, K.D.S., Silveira, R.C.C.P. e Galvao, C.M. (2008).

A figura apresentada acima, ilustra o fluxo metodológico seguido por este trabalho, de maneira clara, destacando cada uma dessas fases. A primeira etapa corresponde à delimitação do problema, definição dos objetivos e formulação da questão norteadora da pesquisa: Quais são as principais percepções, desafios e possibilidades relatadas na literatura acadêmica sobre a inserção de meninas no futsal escolar, em contextos marcados por desigualdades de gênero?

Na segunda etapa, foram selecionadas as bases de dados Google Acadêmico, Plataforma CAPES e Banco de Teses e Dissertações da Sucupira, por meio das quais se realizou a busca dos estudos. Os descritores utilizados incluíram combinações como gênero e futsal, educação física e desigualdade de gênero, esporte feminino, futebol escolar, entre outros, utilizando operadores booleanos (AND/OR). Os critérios de inclusão foram: publicações entre 2014 e 2024 em língua portuguesa, com texto completo disponível e que abordassem diretamente o tema proposto. Foram excluídos estudos duplicados, não científicos, sem acesso ao conteúdo na íntegra ou que fugiam do foco da pesquisa.

Na terceira etapa, os dados dos estudos selecionados foram organizados em uma matriz de análise (tabela), contendo informações como: autor, ano, título, tipo de produção (tcc, dissertação ou tese), objetivos, metodologia, principais resultados e

conclusões. Essa sistematização facilitou a comparação entre os estudos e a identificação de elementos comuns e divergentes.

A quarta etapa envolveu a avaliação crítica dos estudos, considerando aspectos como coerência metodológica, relevância teórica, clareza na apresentação dos resultados e a pertinência da abordagem quanto ao tema da desigualdade de gênero no contexto do futsal escolar. Na quinta etapa, realizou-se a discussão dos resultados, com base em categorias temáticas emergentes identificadas a partir da leitura e análise do conteúdo dos estudos. Para essa análise, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2016), que envolve três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Essa técnica possibilitou uma leitura crítica, objetiva e sistemática dos dados, organizando-os por significados e permitindo inferências relevantes sobre o tema investigado.

Por fim, na sexta etapa, foi feita a síntese do conhecimento, integrando os achados e oferecendo uma visão ampliada sobre o estado atual da produção científica relacionada às desigualdades de gênero no futsal escolar. A análise permitiu destacar os principais desafios enfrentados pelas meninas na prática esportiva escolar, bem como contribuições e propostas para tornar esse ambiente mais inclusivo. Dessa forma, a metodologia adotada assegura a credibilidade e a relevância dos resultados, contribuindo para a compreensão das barreiras sociais, culturais e pedagógicas enfrentadas por alunas no contexto esportivo escolar e apontando caminhos para práticas mais equitativas na Educação Física.

Para a interpretação dos dados obtidos na revisão integrativa, como já citado anteriormente, optou-se pela análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016). Esta abordagem metodológica caracteriza-se por ser um processo sistemático e rigoroso, adequado à investigação qualitativa e à análise de textos, documentos e discursos. A análise de conteúdo permite extrair significados implícitos e explícitos nos materiais analisados, buscando compreender o conteúdo além do que está diretamente expresso, por meio da identificação de padrões, regularidades e categorias temáticas.

Bardin (2016), define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que pode ser aplicado a diferentes tipos de dados e contextos, sendo altamente adaptável aos objetivos específicos de uma investigação.

Segundo a autora, trata-se de um método capaz de evidenciar, classificar, compreender, mensurar e interpretar conteúdos, permitindo ao pesquisador construir inferências fundamentadas que revelam a estrutura e a dinâmica do material estudado.

No contexto deste trabalho, a análise foi desenvolvida a partir de três fases principais: Pré-análise – etapa inicial de organização e leitura flutuante dos estudos, com o objetivo de familiarizar-se com o conteúdo e selecionar os documentos relevantes; Exploração do material – fase de codificação e categorização dos dados, na qual os conteúdos foram agrupados conforme critérios temáticos emergentes; Tratamento dos resultados e interpretação – momento em que as categorias foram analisadas criticamente à luz do referencial teórico, buscando compreender os sentidos atribuídos às desigualdades de gênero no futsal escolar.

Essa técnica revelou-se adequada para a proposta da pesquisa, por possibilitar uma leitura analítica dos estudos selecionados, promovendo uma visão ampliada sobre como a temática é abordada na literatura acadêmica e contribuindo para a construção de reflexões significativas sobre as práticas educacionais e esportivas que envolvem meninas em idade escolar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e analisa os resultados obtidos na pesquisa, articulando-os com a literatura discutida anteriormente e com o referencial teórico que fundamenta o estudo. A análise tem como foco compreender como a literatura acadêmica percebe a inserção das meninas no futsal escolar, no contexto educacional brasileiro e na desigualdade de gênero.

Considerando que o futsal ainda é socialmente marcado como prática predominantemente masculina, buscou-se compreender em que medida essa construção simbólica influencia as vivências das meninas no ambiente escolar, bem como identificar fatores que contribuem para sua inclusão, exclusão ou permanência na modalidade. Assim, os resultados aqui apresentados permitem observar tanto as persistências dos estereótipos de gênero no cotidiano da Educação Física quanto as possibilidades de resignificação das práticas corporais a partir de propostas pedagógicas mais inclusivas.

Ao total, durante o período de construção e tabulação dos dados, foram encontrados 23 trabalhos ao todos entre Teses, Dissertações, TCCs e artigos científicos no período investigado. Dentre eles foram selecionados 09 estudos que investigaram a desigualdade de gênero no contexto do futsal escolar, para esta seleção levamos em consideração os trabalhos que mais se alinhavam a proposta dos objetivos deste trabalho, como o foco em sala de aula e as discussões de gênero nela.

Entre esses trabalhos selecionados, foram encontrados uma dissertação e 08 trabalhos de conclusão de curso a partir do recorte proposto aqui. A análise detalhada desses trabalhos possibilitou identificar os principais temas e padrões relacionados às barreiras, percepções e experiências de atletas escolares em relação às questões de gênero. Os estudos revisados apresentam diferentes enfoques metodológicos, incluindo abordagens qualitativas e quantitativas, o que contribuiu para uma compreensão mais ampla das desigualdades presentes na prática esportiva escolar. Embora muitos trabalhos apontem para a persistência de estereótipos de gênero, segregação e desvalorização das atletas femininas, também foram evidenciadas iniciativas que buscam promover a equidade e a inclusão no futsal escolar. Nesse sentido, foi dado uma maior ênfase na análise de trabalhos que falem do contexto escolar em si.

Para iniciar a análise, é necessário examinar de forma sistemática os estudos selecionados para compor este trabalho. Como mencionado anteriormente, foram identificados alguns trabalhos que dialogam diretamente ou de forma aproximada com a temática central desta pesquisa – a desigualdade de gênero no contexto do futsal escolar. Esses trabalhos, embora possuam enfoques variados, apresentam elementos comuns que permitem compreender como a participação das meninas no futsal ainda é atravessada por marcadores sociais de gênero, revelando percepções, desafios e dinâmicas que estruturam a prática esportiva no ambiente escolar. A seguir, apresentamos uma análise detalhada desses estudos, destacando suas contribuições, convergências e divergências para o entendimento das barreiras e possibilidades identificadas na literatura.

TABELA 1: Trabalhos de Conclusão de Curso e TCC ANALISADOS

NOME DA	AUTOR (A)	IES	PALAVRAS-	ANO	TIPO
---------	-----------	-----	-----------	-----	------

PRODUÇÃO			CHAVE		
FAZENDO HISTÓRIA E VENCENDO PRECONCEITOS: uma experiência na escola pública com o futsal para meninas	MARCOS LEIVA DA SILVA NERY	PROEF	Futebol de meninas. Escola Pública. Narrativa Docente.	2020	DISSERTAÇÃO
FUTSAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO	Werlen de Lima Silva	FACMAIS	Gênero; Futsal; Escola; Preconceito	2020	TCC
Análise das relações de gênero nas aulas de Educação Física escolar	Thainá Chaul Bittencourt Gambôa	CEUB	Futsal. Educação Física. Gênero	2018	TCC
Identificando barreiras de gênero nas aulas de futsal	Paloma Souza Pereira, Edlen Cris dos Santos Souza	UFAM	Educação física; Gênero; Futsal; Meninas; Physical education; Gender; Futsal; Girls	2024	TCC
O futebol/futsal feminino e o contexto de gênero nas aulas de educação física	Marina Pires Serafim	UNESP	futebol/futsal feminino; gênero; aulas de Educação Física	2019	TCC
Questões de gênero nas aulas de futsal na perspectiva de professores de educação física	Flávia Emilia Valoz Cavalcante	UFAL	Educação física; Futsal feminino; Gênero; Physical Education; Female Futsal; Gender	2020	TCC
O preconceito enfrentado	Sylvia Manuella	UFRN	Futsal, Futebol feminino,	2023	TCC

pelas garotas na prática do futsal nas escolas brasileiras e suas futuras consequências	Lucena Azevedo		Educação física escolar, Preconceito, Women's, School physical education, Preconception		
É mais difícil ser menina: uma análise das experiências de estudantes com futsal feminino no contexto escolar	Bruno de Sales Vieira	UNESP	Futsal, Mulheres, Relações de gênero, Escolas, Indoor soccer	2019	TCC
Futsal feminino na escolas: a visão de alunas do ensino médio	Paulo Kikuchi de Oliveira	CEUB	Futsal Feminino. Educação Física Escolar. Ensino Médio	2019	TCC

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da plataforma SUCUPIRA/CAPEs.

O trabalho intitulado “FAZENDO HISTÓRIA E VENCENDO PRECONCEITOS: uma experiência na escola pública com o futsal para meninas” de autoria de Marcos Nery (2020) investiga as experiências de meninas que participam de um projeto esportivo de futebol em uma escola pública de Fortaleza, buscando compreender como as relações de gênero, o preconceito e os processos de empoderamento atravessam suas vivências na modalidade. A pesquisa do autor, de caráter participante, articulou observação, narrativa docente e entrevistas com oito alunas, permitindo revelar aspectos profundos sobre a permanência, a resistência e a construção identitária desses estudantes no esporte.

Os achados mostram que o ingresso das meninas no futebol ocorre majoritariamente a partir de brincadeiras informais na rua, o que reforça a ausência de incentivo institucional e familiar nos primeiros contatos com a modalidade. O estudo evidencia também que as influências familiares desempenham papel central: enquanto alguns familiares apoiam a prática, outros reforçam estereótipos que associam o futebol

exclusivamente ao universo masculino, contribuindo para inseguranças, abandono ou sentimentos de inadequação.

Outro ponto identificado diz respeito ao nível de habilidade técnica, que permanece como critério de inclusão ou exclusão das meninas tanto nas aulas de Educação Física quanto no projeto escolar, revelando a persistência de práticas normativas que validam apenas corpos considerados “aptos” ou “competentes”. As participantes relatam vivências ambíguas: de um lado, descrevem prazer, acolhimento, espontaneidade e liberdade ao jogar futebol; de outro, mencionam dores simbólicas decorrentes de preconceitos, olhares de desconfiança, agressões verbais e outras formas de violência simbólica que atravessam sua participação. Os resultados também mostram que o envolvimento contínuo no projeto produz efeitos formativos importantes, como fortalecimento da autoestima, protagonismo, autonomia e consciência crítica sobre a desigualdade de gênero no esporte.

O estudo conclui que práticas pedagógicas sensíveis, conduzidas por professores comprometidos com a equidade, podem transformar o futebol escolar em ferramenta de empoderamento e resistência, apontando caminhos para um esporte mais democrático, menos excludente e capaz de tensionar a cultura futebolística hegemonicamente masculina reproduzida no contexto escolar.

Dessa forma, a dissertação de Nery (2020) contribui de maneira significativa para responder à problemática mobilizadora desta pesquisa, ao demonstrar que a inserção das meninas no futsal escolar, embora atravessada por preconceitos e estereótipos, pode se constituir como um processo de afirmação identitária e transformação social. O estudo reforça a necessidade de práticas pedagógicas intencionalmente orientadas para a equidade de gênero, evidenciando que a escola não apenas reproduz desigualdades, mas também pode atuar como espaço privilegiado de enfrentamento e ressignificação dessas relações.

Para além da dissertação de Nery (2020), que dialoga de forma significativa com a proposta deste estudo ao evidenciar as experiências e desafios vivenciados por meninas no espaço esportivo escolar, outros trabalhos de conclusão de curso também contribuíram de maneira relevante para o entendimento desse fenômeno. No total, foram analisados dez TCCs, que, embora apresentem diferentes contextos e abordagens

metodológicas, convergem ao destacar elementos centrais sobre a inserção feminina no futsal e sobre as desigualdades de gênero que atravessam essa prática na escola. Esses trabalhos revelam percepções importantes sobre barreiras simbólicas e materiais, estratégias de resistência, dinâmicas de participação e o papel das práticas pedagógicas na reprodução ou superação das desigualdades. Assim, apesar de sua natureza acadêmica introdutória, os TCCs oferecem achados consistentes e complementares, ampliando a compreensão sobre como meninas constroem suas vivências no futsal escolar e reforçando a pertinência desse tema no campo da Educação Física.

O estudo de Werlen (2020), intitulado “FUTSAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Uma Análise Das Questões De Gênero” investigou a prática do futsal nas aulas de Educação Física com foco nas relações e desigualdades de gênero, buscando compreender como essas dinâmicas se manifestam no cotidiano escolar. A pesquisa, fundamentada em levantamento bibliográfico e na aplicação de questionários com professores da área, evidenciou que a modalidade ainda é atravessada por discriminações, estereótipos e práticas excludentes que limitam a participação feminina. Os resultados mostraram que, apesar dos avanços históricos no reconhecimento dos direitos das mulheres no esporte, persistem barreiras como o preconceito, o machismo, a invisibilização de suas habilidades e a resistência institucional para garantir espaços equitativos.

O estudo destaca ainda que os professores desempenham papel central no enfrentamento das desigualdades de gênero, seja pela mediação pedagógica, seja pela escolha de metodologias que incluam e valorizem as meninas no futsal. Os achados revelam dificuldades recorrentes enfrentadas pelas estudantes, como a marginalização de sua participação nas aulas, a associação da modalidade exclusivamente aos meninos e a reprodução de práticas que reforçam a hegemonia masculina na quadra. Ao mesmo tempo, o trabalho aponta que o futsal possui grande potencial formativo e pode atuar como ferramenta de promoção da igualdade de gênero, desde que desenvolvido de forma crítica, lúdica e inclusiva. Assim, o estudo contribui para compreender como a prática pedagógica no futsal escolar pode tanto reproduzir quanto desafiar desigualdades, reforçando a necessidade de formação docente contínua e sensível às questões de gênero.

O trabalho de Silva (2020), dialoga diretamente com as categorias centrais desta pesquisa ao analisar as relações de gênero presentes nas aulas de Educação Física escolar, tendo o futsal como prática pedagógica. O estudo evidencia que o futsal ainda é compreendido como um esporte associado ao universo masculino, o que resulta na exclusão simbólica e prática das meninas durante as aulas. A desigualdade de gênero manifesta-se por meio de preconceitos, estereótipos e da naturalização da divisão entre esportes “de meninos” e “de meninas”. Ao mesmo tempo, o autor aponta que a escola pode atuar como espaço de enfrentamento dessas desigualdades, desde que o professor de Educação Física adote práticas pedagógicas críticas e inclusivas. Assim, os achados convergem com esta pesquisa ao reforçar o papel da Educação Física escolar na desconstrução de padrões de gênero historicamente consolidados.

O estudo de Gambôa (2018), intitulado: *“Análise das relações de gênero nas aulas de Educação Física escolar”*, investigou a percepção de adolescentes acerca da inserção feminina no futsal nas aulas de Educação Física. Os resultados revelaram que essa modalidade permanece fortemente marcada por desigualdades de gênero e por uma concepção historicamente masculinizada do esporte. A pesquisa, de caráter transversal e exploratório, utilizou um questionário adaptado aplicado a estudantes do ensino fundamental e médio. Os dados evidenciam que as meninas ainda enfrentam preconceito, discriminação, exclusão e resistência à sua participação no futsal escolar. Esses achados confirmam que, apesar das conquistas históricas das mulheres no esporte, persistem barreiras simbólicas e culturais que naturalizam o domínio masculino e dificultam o reconhecimento da competência feminina, reforçando estereótipos que associam força, habilidade e competitividade exclusivamente aos meninos.

A autora destaca ainda que as percepções dos estudantes refletem estruturas sociais enraizadas, nas quais o feminino permanece desvalorizado e frequentemente questionado em modalidades consideradas masculinas. A prática pedagógica analisada mostra que a participação das meninas no futsal demanda enfrentamento diário a estigmas, disputas de espaço e julgamentos sobre sua capacidade técnica, além de expressar como relações de poder atravessam o ambiente escolar. Mesmo assim, o estudo demonstra que a inserção feminina no futsal constitui um movimento importante para o empoderamento, a visibilidade e a conquista de direitos dentro da escola,

evidenciando a urgência de práticas pedagógicas que rompam com a reprodução de desigualdades e promovam um ambiente inclusivo. Dessa forma, o trabalho contribui para compreender como adolescentes percebem e reforçam dinâmicas de gênero no esporte escolar, apontando a necessidade de intervenções docentes que favoreçam equidade, respeito e participação plena das meninas no futsal.

O trabalho de Pereira; Souza (2024), intitulado: *“Identificando barreiras de gênero nas aulas de futsal”*, foi desenvolvido no âmbito do PIBID, na Escola Estadual Gentil Belém, em Parintins–AM. O estudo investigou a participação de meninas nas aulas práticas de futsal e evidenciou que, apesar do interesse e da afinidade das alunas com a modalidade, ainda persistem barreiras significativas relacionadas às desigualdades de gênero. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou um questionário aplicado a dez estudantes do 5º ano do ensino fundamental e revelou que as meninas enfrentam discriminações, comentários depreciativos e baixa interação com os meninos durante as aulas, fatores que impactam negativamente sua motivação e permanência no esporte. Os resultados destacam que, no contexto escolar, o futsal continua sendo tratado como um espaço predominantemente masculino, realidade reforçada pela divisão sistemática das turmas por gênero e pela preferência docente por aulas separadas, o que contribui para a manutenção da exclusão e para a invisibilidade feminina na prática esportiva.

O trabalho aprofunda a discussão teórica sobre gênero ao mobilizar autoras como Judith Butler (2003), Louro (2004, 2011), Piscitelli (2002) e Joras (2013), com o objetivo de contextualizar como a construção social e histórica do gênero influencia comportamentos, expectativas e desigualdades presentes no esporte escolar. As autoras destacam que a concepção de que meninas seriam frágeis ou menos habilidosas é socialmente construída e reproduzida tanto por estudantes quanto por professores, influenciando diretamente a participação feminina no futsal. A investigação evidencia que, embora as meninas demonstrem interesse pela modalidade no contexto escolar, fora desse ambiente elas quase não encontram oportunidades para praticá-la, o que reforça um ciclo de restrições e limitações de acesso.

O estudo também revela que as vivências das alunas são perpassadas por preconceitos, desvalorização e estigmatização, e que a ausência de práticas pedagógicas inclusivas contribui para seu afastamento do futsal. Ao mesmo tempo,

aponta caminhos relevantes ao enfatizar o papel da Educação Física na formação crítica dos estudantes, na desconstrução de padrões naturalizados e na promoção do respeito e da igualdade de gênero. Dessa forma, o ensino sensível às questões de diversidade mostra-se capaz de transformar percepções e favorecer a construção de ambientes escolares mais democráticos. Assim, a pesquisa contribui para a compreensão de como as desigualdades de gênero se manifestam já nos anos iniciais do Ensino Fundamental e reforça a necessidade de intervenções pedagógicas que ampliem a participação e o protagonismo das meninas no futsal escolar.

O trabalho de Pereira e Souza (2024), contribui de forma significativa para esta pesquisa ao identificar barreiras estruturais, simbólicas e pedagógicas que dificultam a inserção das meninas nas aulas de futsal. As autoras evidenciam que a desigualdade de gênero se manifesta por meio da ausência de incentivo, da organização excludente das aulas e da persistência de estereótipos que associam o futsal à masculinidade. A escola surge, simultaneamente, como espaço de conflito e de possibilidade, na medida em que pode promover práticas inclusivas capazes de ampliar a participação feminina. Os resultados dialogam diretamente com este estudo ao reforçar que a superação dessas barreiras depende de uma atuação pedagógica intencional e crítica por parte da Educação Física escolar.

Em continuidade, o TCC de Serafim (2019), intitulado: “O futebol/futsal feminino e o contexto de gênero nas aulas de educação física”, investiga as relações entre futebol/futsal feminino e desigualdades de gênero no contexto das aulas de Educação Física, articulando uma análise bibliográfica e documental voltada ao Ensino Fundamental. A autora parte do entendimento de que a desigualdade de gênero é historicamente construída e atravessa diferentes instituições sociais, refletindo-se de maneira evidente no campo esportivo. A discussão sustenta-se em uma perspectiva crítica, que reconhece a dominação masculina, compreendida a partir da noção de patriarcado, como elemento estruturante das práticas sociais, pedagógicas e esportivas. Para embasar essa compreensão, o trabalho mobiliza, por exemplo, a interpretação materialista de Engels (1884), que identifica a origem da opressão feminina na reorganização econômica e social ligada ao surgimento da propriedade privada, e argumenta que a dominação masculina, consolidada no patriarcado, estrutura ainda hoje

os modos como homens e mulheres são vistos, avaliados e distribuídos nos diferentes espaços, inclusive no esporte.

A análise evidencia que as práticas pedagógicas nas escolas e, de modo particular, nas aulas de Educação Física continuam organizadas segundo lógicas de gênero que associam determinadas modalidades a corpos considerados mais “adequados” ou “naturais” para cada sexo. O futebol e o futsal seguem socialmente marcados como esportes masculinos, enquanto práticas como dança ou ginástica são historicamente direcionadas às meninas. Embora tais fronteiras estejam sendo tensionadas por movimentos sociais e mudanças culturais, o estudo demonstra que ainda predominam expectativas e hierarquizações que limitam a participação feminina em modalidades de prestígio esportivo.

A partir da análise de documentos escolares, como Projetos Políticos Pedagógicos, programas disciplinares e planos de aula, o estudo busca compreender como as escolas traduzem ou silenciam, tais discussões em suas práticas curriculares, articulando-os às diretrizes presentes em políticas públicas, como a BNCC e planos educacionais em diferentes esferas. Os achados mostram que, apesar de avanços normativos no campo da equidade de gênero, muitas escolas ainda reproduzem, consciente ou inconscientemente, divisões tradicionais que segregam meninas e meninos nas práticas esportivas, reforçando desigualdades em vez de superá-las.

Serafim (2019), analisa o futebol/futsal feminino a partir das relações de gênero estabelecidas nas aulas de Educação Física, evidenciando que o preconceito e a desvalorização da prática feminina ainda são recorrentes no ambiente escolar. O estudo demonstra que as meninas enfrentam resistências tanto de colegas quanto da própria estrutura escolar, o que contribui para sua menor participação. A desigualdade de gênero é compreendida como resultado de construções históricas que associam o esporte ao masculino. Em consonância com esta pesquisa, o trabalho destaca o potencial da escola e da Educação Física como espaços de ressignificação dessas práticas, possibilitando processos de empoderamento feminino por meio do esporte.

Dando continuidade à discussão, o estudo de Cavalcante (2020), intitulado: “Questões de gênero nas aulas de futsal na perspectiva de professores de educação física” investiga como as questões de gênero, especialmente relacionadas à prática do

futsal, manifestam-se nas aulas de Educação Física a partir da perspectiva de professores de uma escola pública de Pilar – Alagoas. A pesquisa qualitativa e conduzida como estudo de caso, utilizou questionário estruturado via *Google Forms* respondido por três docentes da instituição. Os resultados revelam que a prática do futsal escolar ainda é marcada por separações entre meninos e meninas, bem como por preconceitos explicitados tanto por estudantes do sexo masculino quanto pelas próprias meninas, que internalizam estereótipos historicamente construídos.

O trabalho contextualiza essa problemática discutindo a hegemonia cultural do futsal no Brasil, os efeitos do decreto-lei nº 3.199/1941 (Brasil, 1941) – que proibiu a modalidade feminina por décadas – e a consequente naturalização da associação entre futebol/futsal e masculinidade. Estudos citados por diferentes autores (Uchoga; Altmann, 2016; Matos et al., 2016; Hillebrand; Grossi; Moraes, 2008), reforçam que a persistência de estereótipos, a baixa confiança transmitida às meninas e a visão de menor habilidade técnica contribuem para restringir sua participação, consolidando práticas discriminatórias dentro da escola.

Nesse contexto, o trabalho destaca que a Educação Física, orientada por documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e a BNCC (BRASIL, 1997; 2017), possuem papel central no enfrentamento desses estereótipos, devendo promover aulas mistas, debates críticos e abordagens metodológicas que valorizem a participação equitativa de meninas e meninos. Apesar da diversidade de conteúdos possíveis no componente curricular, o futsal permanece hegemônico nas aulas, o que intensifica a responsabilidade docente de desconstruir concepções sexistas associadas ao esporte. A partir da análise dos professores participantes, o estudo conclui que as barreiras enfrentadas pelas meninas ainda são significativas e que a compreensão docente sobre os processos de exclusão é fundamental para transformar o futsal em uma prática pedagógica mais inclusiva. Assim, a pesquisa contribui para evidenciar lacunas na literatura e nas práticas escolares, reforçando a urgência de ações que promovam igualdade de gênero no esporte escolar.

O estudo de Cavalcante (2020), amplia a discussão ao analisar as questões de gênero nas aulas de futsal a partir da perspectiva dos professores de Educação Física. A pesquisa revela que, embora haja reconhecimento das desigualdades enfrentadas

pelas meninas, ainda persistem práticas pedagógicas que reforçam a divisão de gênero. A desigualdade se expressa na falta de estratégias específicas para inclusão feminina e na reprodução de estereótipos naturalizados. O trabalho dialoga com esta pesquisa ao evidenciar que a formação docente é elemento central para a transformação das práticas escolares, reforçando o papel da Educação Física como espaço de mediação entre reprodução e enfrentamento das desigualdades de gênero.

O estudo de Azevedo (2023), intitulado “O preconceito enfrentado pelas garotas na prática do futsal nas escolas brasileiras e suas futuras consequências”, apresenta uma análise centrada na investigação das causas do preconceito vivenciado por meninas na prática do futsal em contexto escolar, buscando compreender de que maneira essas experiências impactam sua participação e permanência no esporte. A pesquisa, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizou dois questionários on-line aplicados a 15 professores de Educação Física e a 15 garotas da região de Natal (RN), sendo estas últimas adolescentes entre 15 e 18 anos e jovens adultas que relataram ter enfrentado barreiras tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Os resultados evidenciam que o futsal feminino apresenta um significativo atraso histórico em comparação ao masculino, como consequência direta de um passado marcado por estruturas patriarcais e pela proibição oficial da prática esportiva por mulheres ao longo de décadas, especialmente por meio do Decreto-Lei nº 3.199/1941 que impedia mulheres de praticar esportes como o futsal. Esse legado, conforme apontam as referências mobilizadas em alguns estudos (Daolio, 2006; Goellner, 2015; Altmann apud Würfel, 2018), ainda reverbera no contexto escolar, no qual meninas frequentemente evitam a prática do futsal em razão do medo do julgamento, das agressões simbólicas, da naturalização da ideia de fragilidade feminina e do entendimento de que esportes considerados de “força” seriam inadequados para elas, além do tratamento desigual em relação aos meninos.

A investigação mostra, ainda, que embora tenha tido avanços relevantes e um aumento na participação feminina no futsal, persistem preconceitos, falta de incentivo, desigualdade de oportunidades e escassez de políticas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento da modalidade entre mulheres. As falas das participantes apontam para experiências recorrentes de discriminação, estigmatização e invisibilidade, que

contribuem para a diminuição da autoconfiança e da motivação para continuar praticando o esporte.

No ambiente escolar, esses estereótipos são reforçados pela divisão sexual das atividades e pela resistência de alguns alunos e professores em reconhecer a competência das meninas. Apesar disso, o estudo evidencia também movimentos de resistência e superação protagonizados por mulheres que, mesmo diante das barreiras históricas e culturais, continuam expandindo sua presença no futsal e contribuindo para que novas gerações de meninas se sintam encorajadas a ocupar esse espaço (Azevedo, 2023). Dessa maneira, os resultados do trabalho reforçam a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade de gênero e a necessidade de desconstrução dos estereótipos que ainda atravessam o esporte escolar no Brasil.

Azevedo (2023), investiga o preconceito enfrentado por garotas praticantes de futsal no contexto escolar, evidenciando impactos que ultrapassam o espaço da aula e afetam a autoestima, a permanência e o vínculo das estudantes com o esporte. A desigualdade de gênero aparece marcada por estigmas relacionados à feminilidade, sexualidade e capacidade física. O estudo reforça que a escola, ao não enfrentar essas práticas discriminatórias, contribui para a manutenção do preconceito. Em consonância com esta pesquisa, a autora destaca a necessidade de ações pedagógicas assertivas que garantam a inclusão e a valorização das meninas no futsal escolar.

O trabalho de Vieira (2019), intitulado: “É mais difícil ser menina: uma análise das experiências de estudantes com futsal feminino no contexto escolar”, investiga as experiências de meninas praticantes de futsal em Atividades Curriculares Desportivas (ACDs), de uma escola pública, busca compreender as motivações, barreiras e significados atribuídos à prática esportiva em um contexto marcado por desigualdades de gênero. A pesquisa de abordagem qualitativa, envolveu treze alunas entre 11 e 13 anos e utilizou notas de campo, questionário de perfil e entrevistas semiestruturadas, das quais emergiram três categorias centrais: o desejo de aprender e aperfeiçoar-se no futsal; a percepção de que é “mais difícil ser menina” na modalidade; e a resistência às narrativas que associam fragilidade ao corpo feminino, ressaltada pela fala recorrente de que “a gente é forte, muito forte”.

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços recentes do futebol e futsal

femininos, as meninas continuam enfrentando preconceitos oriundos da família, da escola e da sociedade, alimentados por padrões culturais que historicamente destinaram às mulheres vivências corporais limitadas e distantes de esportes com bola (Goellner, 2005). O estudo resgata ainda o peso do passado legal e social marcado pela proibição da participação feminina em modalidades esportivas consideradas “inadequadas” (Salvini; Marchi Júnior, 2016), o que contribuiu para atrasar o desenvolvimento do futsal feminino e reforçar práticas excludentes no ambiente escolar.

As ACDs, entretanto, aparecem como espaços de resistência, empoderamento e construção de autonomia, nos quais as meninas encontram oportunidade de vivenciar a modalidade, questionar normas de gênero, desenvolver habilidades e fortalecer sua permanência no esporte. Assim, o estudo demonstra que a resiliência das praticantes é fator decisivo para enfrentar estereótipos e discriminações, indicando a necessidade de práticas pedagógicas que compreendam as desigualdades como construções culturais e ampliem a participação feminina de forma efetivamente inclusiva.

Vieira (2019), analisa as experiências de estudantes com o futsal feminino no ambiente escolar, evidenciando que ser menina nesse contexto implica enfrentar desafios adicionais relacionados às relações de gênero. O estudo aponta que o preconceito, a exclusão e a invisibilização das meninas são recorrentes, refletindo uma estrutura escolar que ainda privilegia práticas esportivas masculinas. A desigualdade de gênero se manifesta nas interações cotidianas e na organização das aulas. O trabalho converge com esta pesquisa ao afirmar que o futsal escolar pode se tornar um espaço de resistência e afirmação identitária quando mediado por práticas pedagógicas inclusivas.

O estudo de Oliveira (2019), sobre o futsal feminino na escola, envolvendo alunas do ensino médio, investigou a opinião e percepção das estudantes acerca da inclusão e da regularidade do futsal nas aulas de Educação Física, destacando o esporte como um elemento formativo, social e cultural. A pesquisa, realizada com 50 alunas de uma escola pública do Distrito Federal, evidencia que a maioria delas (71%) deseja uma presença mais constante do futsal no cotidiano escolar, reconhecendo sua relevância para o bem-estar e para a aprendizagem integral. Ao mesmo tempo, as participantes relataram vivenciar preconceitos ao optarem pela prática. Os dados também revelam desigualdade

de acesso e permanência: embora 75% das alunas já tenham praticado futsal, 25% nunca tiveram essa oportunidade.

A fundamentação teórica apresentada no estudo reforça o papel da Educação Física como componente curricular essencial (Brasil, 1996), capaz de promover dimensões motoras, cognitivas e sociais do estudante, destacando a contribuição do esporte para o desenvolvimento global, interiorização de regras, cooperação e disciplina (Baseggio, 2011). O futsal, amplamente difundido e acessível, é apresentado como modalidade de destaque (Voser, 2004), mas historicamente marcado pela predominância masculina, o que dificultou a inserção feminina ao longo do tempo (Franzini, 2005). A literatura aponta que a participação das mulheres no futebol e no futsal foi durante décadas limitada por discursos hegemônicos que associavam o esporte ao universo masculino e deslegitimavam a prática feminina, configurando um processo contínuo de exclusão, estigmatização e vigilância sobre comportamento, aparência e sexualidade (Rúbio; Simões, 1999; Scott, 1996; Goellner, 2005).

Mesmo com avanços desde a popularização do futebol feminino nos anos 1980 e sua retomada nos anos 2000 (Darido, 2002), persistem práticas discriminatórias que impactam a autoconfiança e a participação das meninas. O estudo também ressalta o papel ambíguo da escola, capaz de tanto reproduzir quanto superar preconceitos, devendo, portanto, garantir igualdade de oportunidades e respeito às individualidades (Daólio, 1995). No Distrito Federal (universo da pesquisa), observa-se crescimento significativo do futsal feminino, com aumento de equipes e atletas nos jogos escolares (Bastos; Navarro, 2009), reforçando a relevância da modalidade como espaço de pertencimento e empoderamento. Assim, os resultados evidenciam que, embora haja interesse expressivo das estudantes e percepção clara dos benefícios da prática, o acesso ainda é permeado por insegurança e desconforto decorrentes de resistências sociais e culturais, indicando a necessidade de ações pedagógicas intencionais que promovam inclusão, enfrentam estereótipos de gênero e consolida o futsal como prática cotidiana para meninas no ambiente escolar.

Esse estudo (Oliveira, 2019), centra-se na percepção de alunas do ensino médio sobre o futsal feminino nas aulas de Educação Física. As estudantes relataram tanto o interesse pela modalidade quanto às dificuldades enfrentadas para participar de forma

efetiva, sobretudo em função do preconceito e da falta de incentivo institucional. A desigualdade de gênero aparece associada à marginalização da prática feminina e à priorização do futsal masculino. Em diálogo com esta pesquisa, o estudo reafirma o papel da escola como espaço fundamental para a promoção da equidade de gênero, destacando a importância de ouvir as vozes das próprias alunas na construção de práticas pedagógicas mais democráticas.

Após a leitura e análise dos trabalhos discutidos acima, foi possível perceber que os estudos acabam por revelar um padrão: o futsal escolar é um campo social atravessado por relações de gênero que produzem exclusão e desvalorização das meninas, expressas por meio de práticas de violência simbólica, estigmatização e barreiras institucionais (separação de turmas, falta de infraestrutura e escasso apoio político-institucional). Ao mesmo tempo, emergem espaços de resistência – notadamente projetos pedagógicos e iniciativas de docentes comprometidos – que possibilitam protagonismo, empoderamento e reconfiguração do habitus esportivo feminino. Os resultados indicam que o critério de “nível técnico” funciona com frequência como mecanismo de comunicação, naturalizando desigualdades preexistentes de acesso e treinamentos.

Assim, a escola configura-se como um espaço ambivalente, capaz tanto de reproduzir estereótipos quanto de promover transformações concretas, sobretudo quando há intencionalidade pedagógica. Diante disso, são urgentes ações integradas de formação docente, políticas públicas de incentivo, práticas avaliativas inclusivas e estratégias de engajamento familiar e comunitário, de modo a transformar o futsal escolar em ambiente efetivamente democrático e equitativo para meninas e meninos (Soares, 2016;Arouche, 2024)

Em consonância com as discussões apresentadas nos trabalhos analisados, observa-se que todos eles partem de um eixo comum: a compreensão das relações de gênero como construção social e histórica. A partir desse ponto central, os estudos se desdobram em elementos recorrentes, tais como desigualdade, estereótipos e processos de exclusão, revelando como essas categorias produzem impactos diretos na participação das meninas no futsal, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

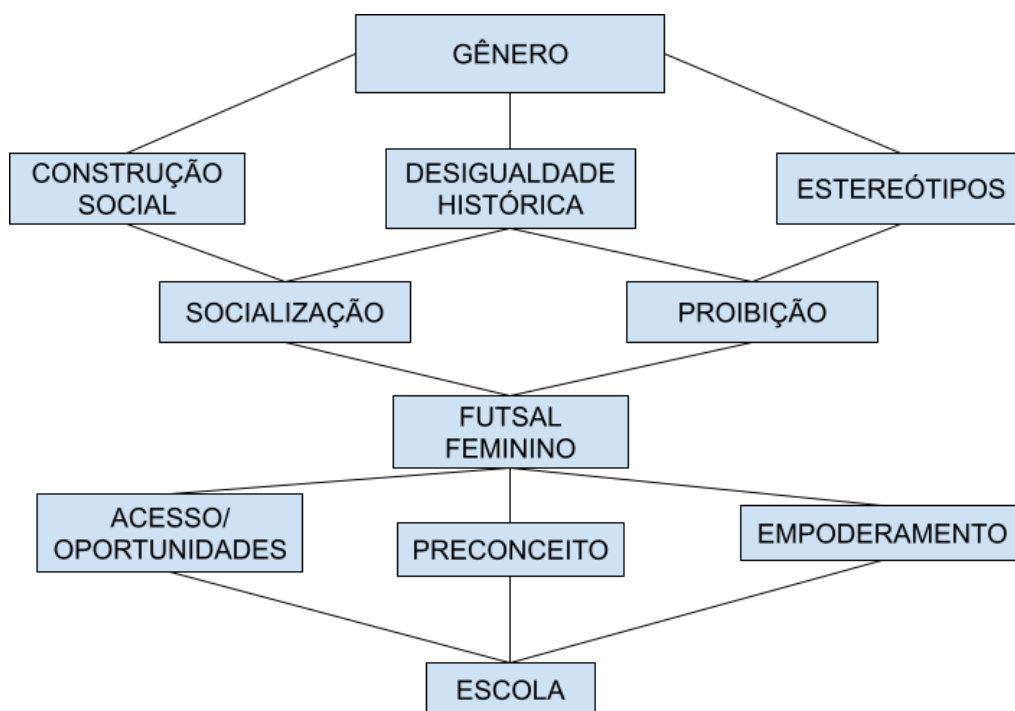
Essa linha de análise evidencia que, apesar de contextos distintos, os trabalhos

convergem ao demonstrar que a prática esportiva, sobretudo o futsal, ainda é atravessada por marcadores de gênero que limitam o acesso e a permanência das meninas. Os estereótipos, como a associação do futsal a um esporte “masculino”, a crença na menor habilidade feminina ou a ideia de fragilidade, reforçam barreiras simbólicas que se traduzem em preconceito, discriminação e desigualdade de oportunidades. Além disso, a literatura revisada retoma o peso histórico das proibições, como o Decreto-Lei nº 3.199/1941, que por décadas restringiu a prática esportiva feminina, contribuindo para o atraso no desenvolvimento do futsal feminino no país (Brasil 1941).

Para além desses aspectos, os trabalhos analisados mobilizam um referencial teórico que dialoga diretamente com aquele adotado neste estudo, uma vez que se fundamentam em categorias analíticas semelhantes, especialmente aquelas relacionadas às discussões de gênero, desigualdade de gênero, Educação Física escolar e escola enquanto espaço de produção e reprodução de sentidos sociais. Observa-se que os autores recorrem a aportes teóricos defendidos por pesquisadoras e pesquisadores que compreendem o gênero como uma construção histórica, social e cultural, e não como uma determinação biológica, permitindo problematizar os estereótipos associados à prática esportiva feminina.

Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Scott (1995, 1996), ao conceber o gênero como uma categoria analítica fundamental para a compreensão das relações de poder; de Goellner (2005), ao discutir a histórica associação entre esporte e masculinidade e seus impactos sobre a participação feminina; de Daolio (1995), ao compreender a Educação Física como uma prática social atravessada por valores culturais; e de Altmann (2016), ao analisarem a escola como um espaço que tanto pode reforçar quanto tensionar normas de gênero. Assim, o alinhamento teórico entre os estudos reforça a consistência das análises e contribui para fortalecer a interpretação dos achados, evidenciando que a exclusão, o preconceito e, simultaneamente, as estratégias de resistência e empoderamento das meninas no futsal escolar configuram fenômenos estruturais, recorrentes e não situações isoladas.

Figura 2: Mapa Conceitual das análises.



FONTE: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da pesquisa.

A discussão dos dados segue articulada aos conceitos de gênero como construção social, desigualdade de acesso às práticas corporais, mecanismos de reprodução e transformação presentes no esporte escolar. Os achados desta pesquisa revelam nuances importantes sobre como meninas e meninos percebem o futsal, como se relacionam com a modalidade e quais desafios permanecem para que ela se configure como prática verdadeiramente equitativa.

Com isso, percebe-se que a escola, nesse processo, aparece como espaço central: ora reforçando desigualdades históricas ao reproduzir práticas excludentes, ora assumindo papel transformador ao propor aulas mistas, debates sobre gênero e experiências inclusivas capazes de promover autonomia, confiança e pertencimento.

A partir dessa análise, torna-se possível compreender o futsal escolar não apenas como conteúdo esportivo, mas como um espaço sociocultural no qual negociam-se sentidos, identidades e oportunidades. Assim, os resultados discutidos a seguir contribuem para ampliar a reflexão sobre o papel da Educação Física no enfrentamento

das desigualdades de gênero, na promoção de experiências corporais mais democráticas e plurais no ambiente escolar.

De forma articulada, a análise da dissertação de Nery (2020), e dos oito Trabalhos de Conclusão de Curso examinados nesta revisão integrativa evidencia que a discussão de gênero constitui o eixo central a partir do qual se articulam as demais categorias analíticas, como desigualdade de gênero, Educação Física escolar e o papel da escola na formação social dos sujeitos. Os estudos convergem ao apontar que o futsal, historicamente associado ao universo masculino, permanece como um espaço marcado por estereótipos, preconceitos e práticas excludentes, os quais restringem a participação feminina no contexto escolar (Silva, 2020; Gambôa, 2018; Serafim, 2019; Vieira, 2019; Oliveira, 2019).

A desigualdade de gênero manifesta-se tanto de forma explícita – por meio de discriminações, questionamentos sobre a feminilidade e a capacidade das meninas – quanto de maneira implícita, na organização das aulas, na ausência de incentivo e na naturalização da separação entre meninos e meninas (Cavalcante, 2020; Pereira; Souza, 2024; Azevedo, 2023). Entretanto, os trabalhos também destacam a escola e, em especial, a Educação Física, como espaços estratégicos para o enfrentamento dessas desigualdades ao possibilitarem práticas pedagógicas inclusivas, debates críticos e experiências esportivas que promovem empoderamento, autonomia e ressignificação do lugar das meninas no esporte.

Nesse sentido, o futsal escolar emerge não apenas como conteúdo esportivo, mas como um campo de disputa simbólica e social, capaz de reproduzir desigualdades ou, quando mediado de forma crítica, de contribuir para a construção de relações mais igualitárias de gênero, reafirmando o potencial transformador da escola na promoção da equidade (Nery, 2020). Assim, a síntese dos estudos aponta que gênero, estereótipos, proibições históricas e empoderamento não são dimensões desconectadas, mas partes de um mesmo processo. A escola emerge como território privilegiado para ampliar e ressignificar essas relações, contribuindo para que o futsal feminino deixe de ser um campo marcado pela desigualdade e se torne um ambiente de equidade, participação e reconhecimento das meninas enquanto protagonistas do esporte (Silva, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisados nesta revisão integrativa evidenciam que a prática do futsal no ambiente escolar permanece marcada por desigualdades de gênero historicamente construídas. Independentemente dos contextos investigados, os trabalhos convergem ao demonstrar que meninas ainda enfrentam barreiras relacionadas a estereótipos, preconceitos e à associação cultural do futsal ao universo masculino. Tais desigualdades não decorrem de diferenças biológicas, mas de construções sociais que atribuem papéis distintos ao masculino e ao feminino, conforme discutem os autores citados neste trabalho.

As pesquisas revelam que esses discursos se manifestam no cotidiano escolar por meio da exclusão simbólica, da baixa oferta de oportunidades, da separação de turmas e da naturalização da fragilidade feminina. Ao mesmo tempo, apontam que a escola ocupa um papel central nesse processo, podendo tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como espaço de transformação, especialmente quando adota práticas pedagógicas inclusivas e problematiza as relações de gênero nas aulas de Educação Física.

Outro achado relevante diz respeito ao interesse e à motivação das meninas para a prática do futsal, mesmo diante dos preconceitos. Os estudos indicam que o esporte pode atuar como espaço de empoderamento, afirmação identitária e resistência, reforçando a importância de garantir condições equitativas de participação. Portanto, conclui-se que o avanço do futsal feminino no contexto escolar depende de ações pedagógicas intencionais, formação docente sensível às questões de gênero e políticas educacionais comprometidas com a equidade. Esta revisão contribui ao evidenciar que o futsal escolar, quando orientado por uma perspectiva crítica e inclusiva, pode se constituir como importante instrumento de enfrentamento das desigualdades de gênero.

Portanto, é necessário perceber criticamente os contextos educativos que estamos criando e perpetuando dentro e fora da escola, de modo a diminuir as desigualdades de gênero que ainda atravessam as práticas corporais e esportivas. A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório, assume papel estratégico nesse processo, pois pode tanto reforçar estereótipos historicamente construídos quanto atuar como espaço de ruptura, reflexão e transformação social. Cabe à escola e, especialmente, à

prática docente, promover experiências pedagógicas intencionalmente inclusivas, que assegurem às meninas o direito à participação, à expressão corporal e ao pertencimento nos espaços esportivos. Somente por meio de ações conscientes, críticas e comprometidas com a equidade será possível desconstruir padrões discriminatórios e avançar na construção de um ambiente educacional mais justo, democrático e igualitário.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física. 1998. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ANJOS, L. F. Gênero e esporte: percepções de meninas sobre a participação no futsal escolar. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

AROUCHE, Dryelle Souza. “Isso não é coisa de menina”: discussões sobre as relações de gênero nas aulas práticas de Educação Física do ensino médio em São Luís/MA. 2024. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5896>>. Acesso em: dez 2025.

AZEVEDO, Sylvia Manuella Lucena. O preconceito enfrentado pelas garotas na prática do futsal nas escolas brasileiras e suas futuras consequências. Orientadora: Maria Aparecida Dias. 2023. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física <https://repositorio.ufrn.br/items/4c1db0d3-7cc5-4b78-bd99-2da13ed339b6>Licenciatura) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 13 de agosto de 2015

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnad-continua/30980-pnadc-divulgacao-pnadc4.html> Acesso em: Novembro de 2025.

BETTI, Mauro. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 13, n. 2, p. 282-287, 1992.

BETTI, Mauro. O que a semiótica inspira ao ensino da educação física. Discorpo, n.3, p. 25-45, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, v. único.

BOURDIEU, Pierre. Poder simbólico. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989, v. único.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEVIDE, F. P. Mulheres no esporte e relações de gênero: reflexões no campo da Educação Física. São Paulo: Cortez, 2005.

CBFS. Confederação Brasileira de Futebol de Salão - Futsal. Disponível em: . Acesso em 27 de Agosto de 2025.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. Ciência & Educação (Bauru), v. 21, n. 4, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040001>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CAVALCANTE, Flávia Emília Valoz. Questões de gênero nas aulas de futsal na perspectiva de professores de educação física. 2021. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Instituto de Educação Física e Esporte, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/7896>

CONNELL, R. W. Gender and power: society, the person, and sexual politics. Stanford: Stanford University Press, 1995.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

GAMBÔA, Thainá Chaul Bittencourt. Análise das relações de gênero nas aulas de Educação Física escolar. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13147>. Acesso em: Agosto de 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005>. Acesso em: 27 jun. 2025.

JESUS, J. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

JESUS, M. L. DEVID; FARIAS, P. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. Movimento, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 123-140, set./dez. 2006.

LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre; FELIPE, Jane (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2011.

MARCHI JÚNIOR, W. O futebol e as mulheres no Brasil: entre preconceitos e conquistas. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem, v. 17, p. 758-764, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MOURÃO, L.; MOREL, M. A mulher e o esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

NERY, Marcos Leiva da Silva. Fazendo história e vencendo preconceitos: uma experiência na escola pública com o futsal para meninas. 2020. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4a704401-36f5-46db-9390-8eaf5d92f991/content>. Acesso em: Agosto de 2025.

OLIVEIRA, Paulo Kikuchi de. Futsal feminino na escolas: a visão de alunas do ensino médio. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13855>. Acesso em: outubro de 2025.

PEREIRA, Paloma; SOUZA, Edlen Cris dos Santos. Identificando barreiras de gênero nas aulas de futsal. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) — Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7482>. Acesso em: setembro de 2025.

PIRES, Renata Thober. Fatores motivacionais para a prática do futebol feminino em dois clubes profissionais na cidade de Porto Alegre. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Educação Física - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Feminismo, antropologia e gênero. Cadernos Pagu, n. 18, p. 11–30, 2002.

SERAFIM, Marina Pires. O futebol/futsal feminino e o contexto de gênero nas aulas de educação física. 2019. 29 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro), 2019. Disponível em: O futebol/futsal feminino e o contexto de gênero nas aulas de educação física. Acesso em Setembro de 2025,

SILVA, Werlen de Lima. Futsal nas aulas de Educação Física: uma análise das questões de gênero. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) — [Instituição não informada no link], 2020. Disponível em: <http://65.108.49.104/xmlui/handle/123456789/178>. Acesso em: 30 nov. 2025

SILVEIRA, A. P. Futsal feminino e desigualdade de gênero: desafios e perspectivas na Educação Física escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade, 1995.

SOARES, C. L. et al Metodologia do Ensino de Educação Física São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Fernanda Lima. *Homofobia: o esporte como templo da heteronormatividade*. São Paulo: [Novas Edições Acadêmicas], 2016.

SOUZA JÚNIOR, Osmar de. *Educação Física escolar: desafios e possibilidades*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SOUZA JÚNIOR, Osmar de. Esporte e Educação Física escolar: reflexões sobre o ensino do esporte. In: BETTI, Mauro (org.). *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 2012.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Acesso em: 27 jun. 2025.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Revista Movimento*. v. 11, p. 50-55, 1999.

VIEIRA, Bruno de Sales. É mais difícil ser menina: uma análise das experiências de estudantes com futsal feminino no contexto escolar. 2019. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2019. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/1223ebea-826c-420b-8316-9a1b7d1879ff>. Acesso em: Setembro de 2025.

ZARATIM, J. R. Futebol feminino: preconceito, resistência e identidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.